



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681410 - SC (2021/0226995-0)

RELATOR : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : MAICON PAVANI DE SOUZA RIBEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de MAICON PAVANI DE SOUZA RIBEIRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução Penal n. 5020179-72.2021.8.24.0038).

O paciente não teve reconhecida pelo Juízo da Execução Penal a prática de falta grave (tentativa de fuga da unidade prisional por túnel escavado debaixo de vaso sanitário) em razão da prescrição.

Interposto agravo em execução penal pelo Ministério Público, o Colegiado estadual deu provimento ao reclamo ministerial para homologar a decisão do diretor do estabelecimento prisional de modo a reconhecer a falta grave, determinando a regressão ao regime fechado, a alteração da data base para os benefícios da execução e, ainda, a perda de 1/3 (um terço) dos dias remidos.

Sustenta a impetrante que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado na inidoneidade dos fundamentos utilizados para fixar a fração de 1/3 (um terço) de perda dos dias remidos.

Argumenta que teriam sido violados os arts. 127 e 57 da Lei de Execução penal.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado. No mérito, pugna pela manutenção dos dias remidos ou a fixação da perda na fração de 1/6 (um sexto).

É o relatório. Decido.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício pelo Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.3. Agravo interno não conhecido.(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.
Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência